PROJETO BÁSICO

OBJETO: Contratação do curso: Atendimento a comunidades quilombolas e normativos do CNJ - Interface com a Justiça Eleitoral.
JUSTIFICATIVA: O aludido curso visa construir uma Justiça Eleitoral mais inclusiva, alinhada à Constituição e aos direitos humanos, garantindo que o atendimento e a atuação jurisdicional considerem as especificidades quilombolas, promovendo seu acesso efetivo à cidadania e à democracia.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Contratação do curso: Atendimento a comunidades quilombolas e normativos do CNJ - Interface com a Justiça Eleitoral.

1. Características do curso:

Modalidade: EaD síncrono (telepresencial, com aulas síncronas, via Zoom e plataforma virtual da EJE/PI)

Duração: 4 horas/aula (2 encontros de 2h/a)

Datas: 17 e 18/11/2026, de 9h às 11h

A frequência mínima para aprovação no curso é de 75% da carga horária.

2. Metodologia do Curso:

2.1. Aulas expositivas e dialogadas;

2.2. Análise de casos concretos

3. Objetivo Geral do Curso:

Capacitar servidoras(es) e magistradas(os) da Justiça Eleitoral para atuar de forma ética, empática e juridicamente fundamentada no atendimento e garantia dos direitos políticos de comunidades quilombolas, promovendo inclusão e respeito às suas particularidades.

4. Objetivos Específicos do Curso:

4.1. Proporcionar uma compreensão aprofundada das vivências, desafios e perspectivas das comunidades quilombolas, promovendo a escuta ativa e a empatia, e estabelecendo um diálogo direto com as experiências da Justiça Eleitoral.

4.2. Analisar a legislação, os regulamentos do Poder Judiciário/CNJ e as decisões da CIDH, relacionando-os diretamente com os serviços prestados e a competência jurisdicional da Justiça Eleitoral no contexto das comunidades quilombolas.

5. Conteúdo Programático do Curso:

5.1.Vivências Quilombolas e Diálogo com a Justiça

5.2. Arcabouço Normativo e Competência da Justiça Eleitoral

6. Avaliação:

A avaliação do (a) estudante será individual e contínua, ou seja, ao longo de todo o curso, e levará em conta participação dos alunos e alunas durante as aulas síncronas, especialmente durante a exposição dialogada e análise dos casos concretos. O certificado de conclusão será disponibilizado pela EJE/PI, a(o)s discentes que obtiverem frequência igual e/ou superior a 75% de participação.

PÚBLICO ALVO:

Servidoras/Servidores do TRE/PI

FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização do curso em tela será de responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral do Piauí - EJE, mediante acompanhamento de todas as fases de execução, conforme a proposta apresentada, com a posterior emissão do atestado de prestação de serviço.

PAGAMENTO:

O pagamento será feito mediante depósito em conta bancária do contratado, após ateste da efetiva prestação do serviço, pela unidade demandante (EJE/PI).

Documento assinado eletronicamente por **Christianne Maria dos Reis Bastos Ribeiro**, **Analista Judiciário**, em 06/10/2026, às 12:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002875855** e o código CRC **1F549565**.

--